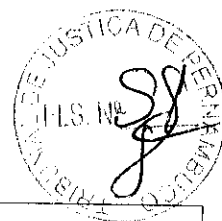




PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



134

<b>ABEAS CORPUS Nº: 0200406-6</b>	
<b>COMARCA</b>	<b>Itambé – Vara Única</b>
<b>IMPETRANTE</b>	<b>Hildemar Guedes Maciel</b>
<b>PACIENTE</b>	<b>ADEILSON GOMES PEREIRA</b>
<b>RELATOR</b>	<b>Des. Nivaldo Mulatinho Filho</b>
<b>PROCURADOR</b>	<b>Dr. Itabira de Brito Filho</b>

**EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO JUSTIFICADO PARA O JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. AJUIZAMENTO DE PEDIDO DE DESAFORAMENTO. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP. INOCORRÊNCIA.**

- I. Encontra-se justificado o lapso prazal alegado, eis que, *in casu*, a tramitação processual, com o ajuizamento de Pedido de Desafornamento, exige uma dilação maior para que o paciente seja julgado.
- II. Não há qualquer constrangimento ilegal, à medida que permanecem presentes os motivos que ensejaram o decreto segregatório.
- III. Ordem denegada. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº **0200406-6**, no qual figura como parte o paciente **ADEILSON GOMES PEREIRA**. ACORDAM os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem pleiteada**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

  
Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal

135



<b>HABEAS CORPUS Nº: 0200406-6</b>	
<b>COMARCA</b>	<b>Itambé – Vara Única</b>
<b>IMPETRANTE</b>	<b>Hildemar Guedes Maciel</b>
<b>PACIENTE</b>	<b>ADEILSON GOMES PEREIRA</b>
<b>RELATOR</b>	<b>Des. Nivaldo Mulatinho Filho</b>
<b>PROCURADOR</b>	<b>Dr. Itabira de Brito Filho</b>

## RELATÓRIO

O **Bel. Hildemar Guedes Maciel** impetrou ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com pedido liminar, em favor de **ADEILSON GOMES PEREIRA**, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Itambé/PE, onde responde ao Processo-Crime nº 221.2006.000.366-6, juntamente com outros dois acusados, por suposta violação ao artigo 121, § 2º, inc. IV, do CP.

O impetrante, na inicial de fls. 02/11, aduz que o paciente, preso preventivamente em 20 de julho de 2007 e pronunciado em 28/09/2007, está sofrendo constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção, tendo em vista estar ocorrendo excesso de prazo para realização do julgamento perante o Tribunal do Júri local, requerendo, assim, a expedição do Alvará de Soltura, para que possa aguardar o julgamento em liberdade.

Defende, ainda, que não estão presentes os requisitos necessários para a manutenção da prisão preventiva.

À impetração foram acostados os documentos de fls. 12/24, sem contudo juntar cópia da Denúncia e do Decreto de prisão preventiva.

Noticiam os autos que corre perante a 4ª Câmara Criminal o desaforamento de nº 198353-7, tendo como Relator o Des. Marco Antonio Cabral Maggi (doc. Anexo).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal

136



Indeferi o pleito liminar às fls. 31/32, ocasião em que solicitei informações à autoridade apontada coatora, que as prestou (fls. 32/36), juntando os documentos de fls. 44/94.

A Procuradoria de Justiça Criminal às fls.39/40, na pessoa do Dr. ITABIRA DE BRITO FILHO, ofertou Parecer, pugnando pela denegação da ordem.

É o relatório.

### VOTO DO RELATOR

Trata-se de *Habeas Corpus* liberatório com pedido liminar, em que o impetrante alega constrangimento ilegal em virtude de excesso de prazo para a realização do julgamento pelo Tribunal do Júri, eis que o paciente **ADEILSON GOMES PEREIRA** foi Pronunciado em 28/09/2007, por suposta infração ao artigo 121, § 2º, inc. IV, do CP, juntamente com José Adelino Alves dos Santos Filho, encontrando-se o Processo originário suspenso, ante o ajuizamento de Pedido de Desaforamento (de nº 0198353-7).

Aduz, ainda, que inexistem os requisitos necessários para manutenção da prisão do paciente.

No caso concreto presente, o Juiz de 1º grau, em suas informações (fls. 35/36, com o original às fls. 42/43 ), afirmou:

"Na data de 16/01/2008, esta Magistrada indeferiu, mais uma vez, o pedido da defesa (**doc.12**). Nesta decisão, esta Juíza já proferiu o despacho mantendo a pronúncia em todos os seus termos e determinou, após a intimação das partes, a remessa dos autos ao Egrégio TJPE para processar e julgar os recursos em sentido estrito interposto pelo paciente e o outro pronunciado.

O TJPE manteve a sentença de pronúncia na íntegra, conforme decisão de fls. 628/629 (**doc.13**).

Transitada em julgado a sentença de pronúncia, o processo entrou em pauta do Tribunal do júri, mas não



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



137

se realizou, porque o processo foi desmembrado a pedido da defesa e a promotora de Justiça arguiu sua suspeição, não tendo comparecido o promotor Substituto.

Em nova sessão do júri, foi requerido pelo MP o desaforamento do Júri do Paciente, conforme Ata de fls. 853/855 (doc.14)".

O excesso de prazo alardeado pelo paciente deve ser avaliado sob a perspectiva do princípio da razoabilidade, âmbito no qual o cômputo de prazo processual não figura com valor absoluto. A doutrina e jurisprudência já firmaram entendimento nesse sentido, conforme se extrai do julgado, *verbis*:

"Na verificação de eventual excesso de prazo na formação da culpa vigora o princípio da razoabilidade." (STJ – HC 6834/AP – 6ª TURMA – Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJU 30.03.98, P. 138)."

A Procuradoria de Justiça, em seu parecer às fls. 39/40, diz claramente que:

"Cuido que a prisão do paciente ocorreu aos 20 de junho de 2007, sendo que aos 28 de setembro do mesmo ano, ou seja, bem menos de doze meses após o seu detimento, o mesmo já se encontrava pronunciado, porém, conforme enfatiza a Juíza informante, após o trânsito em julgado da pronúncia, a douta Promotora de Justiça ingressou com o pedido de desaforamento, o qual aguarda seu julgamento perante o Tribunal de Justiça.

Induvidosamente, está justificado lapso prazal de que trata na exordial o impetrante, eis que a tramitação processual, com o pedido de desaforamento, exige uma dilação maior para que os pacientes sejam julgados, o que, decerto, ocorrerá em breve, sendo irrecomendável, destarte, o acolhimento ao pleito inaugural".

Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual de 2º Grau, deste Tribunal, verifico que o Desaforamento de Julgamento, de n. 198353-7, já se encontra concluso para Revisão, conforme documentação que anexo em 02 (duas) laudas.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



Assim, diante da análise das circunstâncias do caso concreto, não há que se falar em constrangimento ilegal, eis que o excesso prazal encontra-se justificado, não existindo desídia por parte do Juiz processante, que vem dando regular andamento à ação penal.

Quanto à inexistência dos pressupostos da prisão preventiva, também não merece guarida o pleito da Defesa, eis que o Juiz de 1º grau fundamentou devidamente a necessidade da decretação da custódia cautelar, elencando, inclusive, como motivo o fato de o réu ter fugido *"na DEPOL quando pediu para ir ao banheiro no meio do seu depoimento"* (fls. 50 – cópia do decreto preventivo, juntado pelo Juiz *a quo*).

Ademais, não foi juntado qualquer documento que comprove que o Paciente possui condições pessoais favoráveis à concessão da liberdade provisória.

Isto posto, em consonância com o Parecer da Procuradoria de Justiça Criminal, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, 27 de 01 de 2010.

**Des. Nivaldo Mulatinho Filho -- Relator**